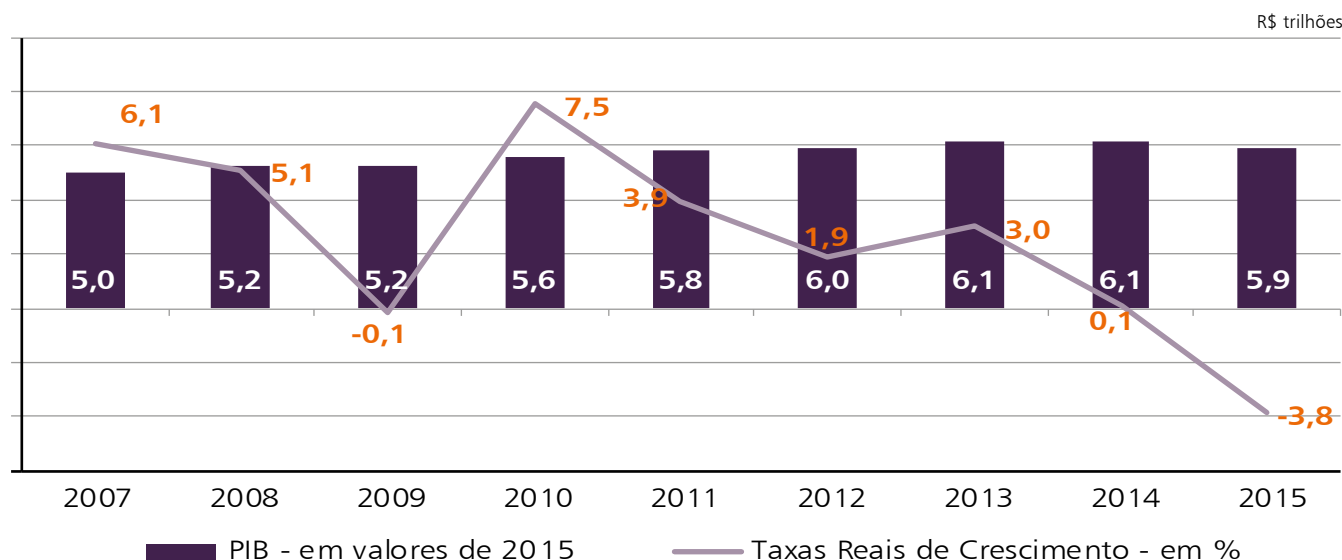


O PIB em 2015 totalizou R\$ 5.904,33 bilhões, com variação negativa de 3,8%, em termos reais (descontada a inflação), em relação ao PIB de 2014. Essa variação negativa foi a maior da série histórica mais recente, iniciada pelo IBGE em 1996. Se a comparação se der com a série anterior, o desempenho é o pior desde 1990, quando o recuo chegou a 4,3%.

Produto Interno Bruto – 2007 a 2015



Fonte: IBGE.

Nota: PIB em valores constantes de 2015.

O valor do PIB *per capita* recuou, em termos reais, 4,6% em relação a 2014, passando para US\$ 8,65 mil. Entre os países que compõem o G20 e os Brics, o Brasil ficou em último lugar em termos de variação do PIB.

A despesa de consumo das famílias teve queda de 4,0% em 2015, resultado bem abaixo do verificado em 2014, que registrou crescimento de 1,3%.

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro às pessoas físicas e jurídicas, em 2015, com recursos livres e direcionados (provenientes de depósitos compulsórios e programas governamentais), alcançou R\$ 3,217 trilhões, equivalente a 54,53% do PIB. Em 2014, o volume foi de R\$ 3.017 trilhões, o que correspondeu a 53,05% do PIB.

Segundo pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor, realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio, em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal com cerca de 18 mil consumidores, a média anual do percentual de famílias que se declararam com contas ou dívidas em atraso alcançou 20,9% do total das famílias em 2015, levando a um aumento de 8,4% no número de famílias com contas ou dívidas em atraso. A média anual do percentual das famílias que se declararam sem condições de pagar as dívidas em atraso atingiu 7,7% do total das famílias, número 23,2% maior que em 2014.

Também se observou sensível aumento do desemprego, com as taxas mostrando-se elevadas nos primeiros sete meses do ano. A taxa do emprego formal em 2015 revela que foram perdidos 1,54 milhão de postos de trabalho com carteira assinada no ano. Os rendimentos médios reais mensais efetivamente recebidos pelos trabalhadores ao longo de 2015 registraram elevada perda de poder aquisitivo. Os setores da Indústria de Transformação, da Construção Civil, de Serviços, e do Comércio foram responsáveis pela redução de 1,52 milhão de postos de trabalho.

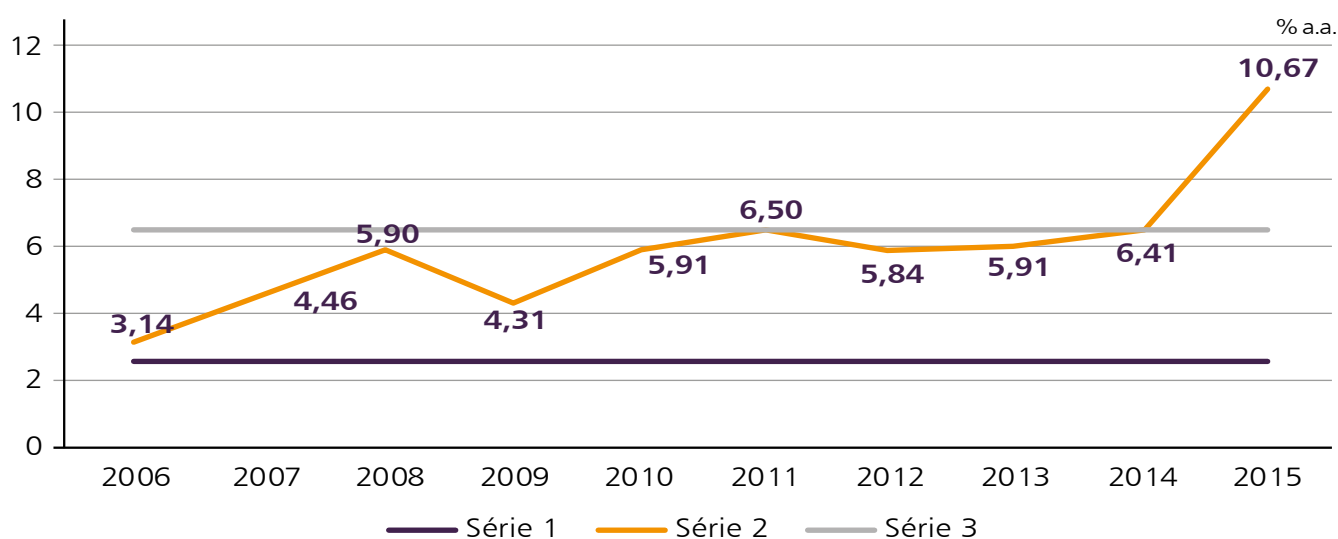
A taxa de investimento (capital fixo – formação bruta) registrada em 2015 foi de 18,2%, também inferior à verificada em 2014, de 20,2%. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015 recuou 14,1%, em função, principalmente, da redução da produção interna de máquinas e equipamentos.

A taxa de risco-país, representada pelo indicador EMBI+, registrou sensível elevação ao longo de 2015, chegando a valores de 250 até 350/380 no 1º semestre, e a valores superiores aos 450 pontos no decorrer do 2º semestre, em função de fatores diversos, tais como: aumento no risco de racionamento de energia, descompasso entre a arrecadação de recursos e as despesas públicas, queda nos índices de confiança, contribuindo para a deterioração dos resultados das contas públicas e levando ao aumento do endividamento público.

No encerramento de 2015, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 17,7 bilhões. A conta “Transações Correntes” apresentou valor negativo de US\$ 58,9 bilhões em função do superávit comercial, e dos valores deficitários das rubricas “Serviços”, no montante de US\$ 36,9 bilhões, e “Rendas”, no valor de US\$ 39,6 bilhões.

A meta de inflação para o exercício de 2015 estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) foi de 4,5% a.a., com margem de 2 p.p. para menos ou para mais. Em 2015, a taxa de inflação acumulada medida pelo IPCA foi de 10,67% a.a., muito superior à do ano anterior, que registrou 6,41%, e ao limite superior da meta (6,5% a.a.). Foi a maior taxa observada nos últimos treze anos: em 2002, a inflação atingiu 12,53%, pressionada, à época, pela alta do dólar e pelo aumento dos preços dos alimentos e da gasolina no final daquele ano.

Taxa de Inflação e Intervalo de Tolerância – 2006 a 2015



Fonte: Ipea.

Nota: Série 1 – Limite Inferior da Meta; Série 2 – Taxas de Inflação Anual; Série 3 – Limite Superior da Meta.

A estimativa da carga tributária brasileira em 2015 foi de 32,71% do PIB, com discreto aumento em relação a 2014 (0,28 p.p. do PIB).

A análise empreendida revelou que o tripé para melhorar os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira, implementado durante e após o Plano Real, levando-se em conta ajuste fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante, foi abandonado nos últimos anos, principalmente os pilares das políticas fiscal e monetária. Tais fundamentos visaram estabilizar preços e gerar um ambiente fiscal favorável ao crescimento e ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, pode-se afirmar que os resultados da política recente, revelam que sua condução fracassou no sentido de assegurar a estabilidade necessária ao avanço da economia brasileira, culminando num dos piores quadros econômicos de toda a história da República.